

# **Estatísticas Monetárias e de Crédito**

**Nota para a Imprensa**

27.9.2023

## 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

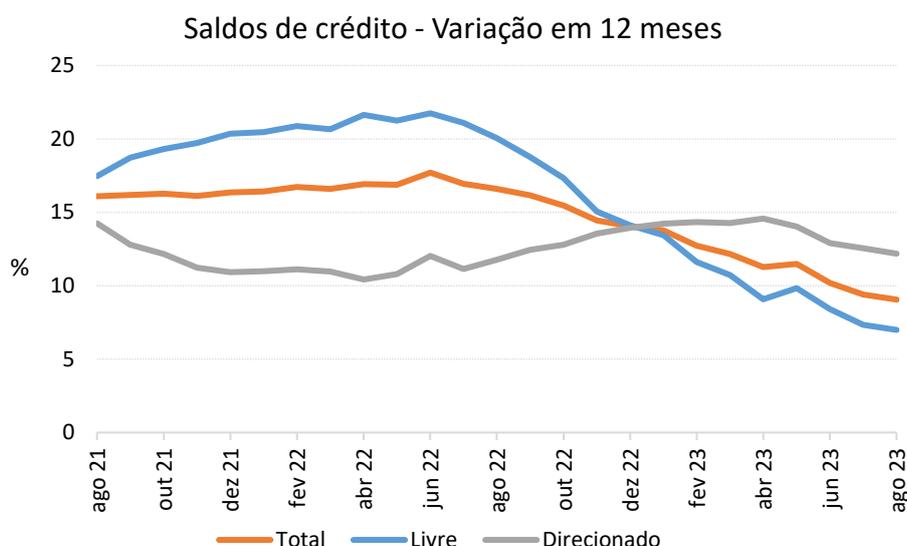
Em agosto, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro situou-se em R\$15,5 trilhões (148,5% do PIB), com expansão de 2,0% no mês. Os principais fatores a influenciar essa evolução foram os títulos da dívida pública, que cresceram 1,9%, e os empréstimos da dívida externa, com expansão de 5,9%, para a qual contribuiu a depreciação cambial de 3,8% no mês. Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 8,9%, ante 7,3% em julho deste ano.

O crédito ampliado às empresas alcançou R\$5,4 trilhões (51,2% do PIB), com acréscimo de 2,4% no mês, explicado principalmente pelos empréstimos da dívida externa, +6,2%. Em 12 meses, a variação de 8,7% decorreu dos crescimentos de 25,9% em títulos de dívida e de 5,4% nos empréstimos do SFN.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,6 trilhões (34,5% do PIB) em agosto, com expansões de 1,3% no mês e de 10,9% em doze meses (ante 0,5% e 11,4% observados em julho, nas mesmas bases de comparação), com destaque para o incremento nos empréstimos do SFN.

## 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O estoque das operações de crédito do SFN totalizou R\$5,5 trilhões em agosto, com avanço mensal de 1,1%. Esse desempenho decorreu das expansões de 0,9% no crédito a pessoas jurídicas, saldo de R\$ 2,2 trilhões, e de 1,3% no crédito a pessoas físicas, R\$ 3,4 trilhões. Na comparação interanual, o estoque de crédito do SFN aumentou 8,9% (9,3% em julho), mantendo tendência de desaceleração em relação aos meses anteriores. Nas mesmas bases de comparação, os estoques de crédito para pessoas jurídicas e pessoas físicas registraram expansões de 5,1% e 11,5%, na ordem, com estabilidade no ritmo de crescimento nas operações com pessoas jurídicas (5,0% em julho) e arrefecimento nas operações com pessoas físicas (12,2% em julho).



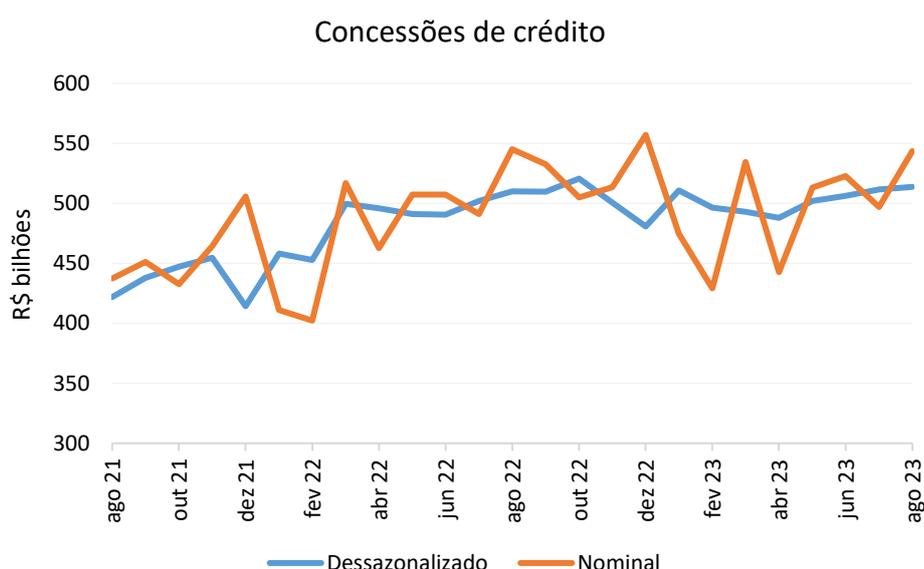
O saldo das operações de crédito com recursos livres somou R\$ 3,3 trilhões, com incrementos de 0,7% no mês e de 6,7% comparativamente a agosto de 2022. O crédito livre para empresas alcançou saldo de R\$1,4 trilhão em agosto, com aumentos de 0,1% no mês e de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuíram para a expansão os incrementos nas modalidades de cartão

de crédito total (+10,6%), capital de giro com prazo superior a 365 dias (+0,7%) e outros créditos livres (+1,4%). Em sentido oposto, as maiores baixas foram observadas em antecipação de faturas de cartão de

crédito (-7,1%), financiamento à exportações (-2,4%) e adiantamentos de contratos de câmbio – ACC (-2,4%).

O estoque de crédito com recursos livres às famílias totalizou R\$1,9 trilhão em agosto, com altas de 1,2% no mês e de 10,2% em doze meses. Esse resultado decorreu, principalmente, do desempenho das carteiras de crédito consignado para beneficiários do INSS (+2,3%), financiamento para aquisição de veículos (+1,4%), crédito consignado para trabalhadores do setor público (+0,9%) e crédito pessoal não consignado (+1,0%).

O crédito com recursos direcionados alcançou R\$ 2,3 trilhões, com avanços de 1,7% no mês e de 12,2% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$ 773,1 bilhões, com incrementos de 2,4% no mês e 10,1% em doze meses, enquanto a de pessoas físicas registrou elevações de 1,4% e 13,2%, na mesma ordem, ao somar R\$ 1,5 trilhão.



As concessões nominais de crédito totalizaram R\$543,3 bilhões em agosto. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões aumentaram 0,4%, com altas de 0,4% no crédito a pessoas jurídicas e de 0,2% no crédito a pessoas físicas. As concessões acumuladas nos doze meses até agosto, cresceram 6,5%, +2,2% no crédito às empresas e +10,1% no crédito às famílias. As concessões médias diárias em agosto recuaram 0,1%

em relação a julho.

A taxa média de juros das novas contratações em agosto diminuiu 0,4 p.p. no mês e aumentou 1,7 p.p. comparativamente a agosto de 2022, ao situar-se em 30,7% a.a. O *spread* bancário das novas contratações atingiu 21,3 p.p., com queda de 0,3 p.p. no mês e aumento de 2,4 p.p. em doze meses.

## Crédito com Recursos Livres

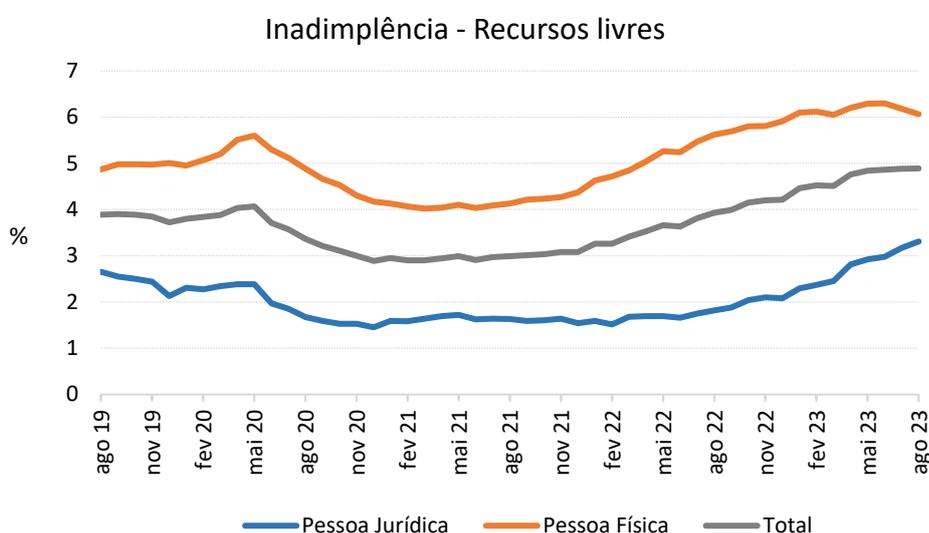
	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	jul/23	ago/23	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	58,3	57,7	-0,3	-0,3	-0,6
Pessoa Jurídica	23,0	22,6	-0,5	0,1	-0,4
Total	43,8	43,5	-0,4	0,1	-0,3

No segmento de crédito livre, a taxa média de juros alcançou 43,5% a.a. em agosto, com redução de 0,3 p.p. no mês e elevação de 3,0 p.p. em doze meses. A taxa média de juros para as operações contratadas com empresas atingiu 22,6% a.a., com reduções de 0,4 p.p. no mês e de 0,1 p.p. em doze meses, resultantes de reduções de taxas disseminadas pelas principais modalidades de crédito (efeito taxa).

No crédito livre às famílias, a taxa média de juros situou-se em 57,7% a.a., com redução de 0,6 p.p. no mês e incremento de 3,7 p.p. em doze meses. Diferentemente do observado no crédito às empresas, a diminuição da taxa média no segmento de pessoas físicas foi influenciada tanto pela alteração da composição da carteira (efeito saldo) como pela efetiva redução dos juros praticados nas principais modalidades (efeito taxa), com destaque para as reduções das taxas nas modalidades de crédito consignado para beneficiários do INSS (-0,8 p.p.), crédito pessoal para trabalhadores do setor público (-0,4 p.p.) e crédito pessoal não consignado vinculado à composição de dívidas (-1,8 p.p.).

O Indicador de Custo do Crédito (ICC) - que mede o custo médio de todo o crédito do SFN - manteve-se em 22,5% a.a. em agosto (+1,5 p.p. em 12 meses, ante +1,7 p.p. até julho).

A inadimplência da carteira de crédito total do SFN manteve-se estável no mês, situando-se em 3,6%. Por segmento, a inadimplência aumentou 0,1 p.p. na carteira de pessoas jurídicas e diminuiu 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas, atingindo 2,7% e 4,1%, respectivamente.



No crédito com recursos livres, a inadimplência manteve-se estável em 4,9% em agosto. Por segmento, a inadimplência da carteira de crédito às empresas situou-se em 3,3%, com aumento de 0,1 p.p. Na carteira de crédito livre às famílias, a inadimplência baixou 0,1 p.p. no mês, alcançando 6,1%.

O endividamento das famílias situou-se em 47,8% em julho, com queda de 0,4 p.p. no mês e de 2,3 p.p. em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda apresentou variações de -0,7 p.p. e +0,3 p.p. respectivamente, atingindo patamar de 27,6%.

### 3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$ 400 bilhões no mês de agosto, com crescimento de 1,2% no mês e 1,1% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação diminuiu 1,2% e as reservas bancárias aumentaram 15,8%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma expansionista: as operações do Tesouro Nacional, R\$7 bilhões; as operações com derivativos, R\$10,5 bilhões; as operações do setor externo, R\$297 milhões, e as operações com títulos públicos federais, R\$311 milhões (colocações líquidas de R\$56,1 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$56,4 bilhões no mercado secundário). No sentido oposto, foram contracionistas os depósitos de instituições financeiras em R\$8,9 bilhões (recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$1,5 bilhão; recebimentos de depósitos voluntários a prazo, -R\$10,4 bilhões; recebimentos de depósitos prévios para compensação de cheques e outros papéis, -R\$92 milhões; liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,9 bilhão; de recursos não aplicados em operações de microfinanças, +R\$124 milhões; de recursos do Proagro, +R\$368 milhões e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$705 milhões).

O M1 (meios de pagamento restritos) somou R\$603,8 bilhões, redução de 2,2% no mês, em decorrência dos decréscimos o papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista em 2% e 2,3%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 2,1% no mês.

O M2 cresceu 0,7% no mês, com saldo total de R\$5,5 trilhões, refletindo o aumento de 1,4% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras, que alcançou R\$4,0 trilhões, resultado das expansões de 0,7% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 1,5% no saldo dos depósitos a prazo, que totalizaram, respectivamente, R\$739 bilhões e R\$2,6 trilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança recuou 0,2%, tendo registrado resgates líquidos de R\$10,0 bilhões, totalizando R\$973 bilhões. O M3 cresceu 0,9% no período, totalizando R\$10,4 trilhões, reflexo do aumento do M2 e do saldo das quotas de fundos monetários que somou R\$4,7 trilhões, com variação positiva de 1,2%. O M4 avançou 0,7% no mês, totalizando R\$11,4 trilhões. Em 12 meses, a variação foi de 9,8%.

### 4. Revisão extraordinária de dados

A [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas \(DSTAT\) do Banco Central do Brasil](#), 3ª edição, de junho de 2023, estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificados novos dados, sejam eles originados nas fontes de informação ou nos processos de compilação.

O acompanhamento concomitante do mercado de crédito e das transações realizadas no âmbito dos arranjos de pagamento evidenciou o rápido crescimento de operações em que credenciadoras e instituições afins buscam a antecipação de recebíveis junto a instituições financeiras. A utilização crescente desse modelo de negócios, no qual as credenciadoras figuram como tomadoras de crédito, motivou a incorporação dessas transações nas estatísticas de operações concedidas pelo Sistema

Financeiro Nacional. Dessa forma, tais operações foram incorporadas na modalidade “antecipação de faturas de cartão”, cujas informações foram revisadas desde setembro de 2020.